

Regras e Ordem do Mercado nas visões de Adam Smith e F.A. Hayek

Angela Ganem
Universidade Federal Fluminense

O objetivo do texto é recuperar de um ponto de vista crítico-filosófico a importância crucial das regras para a explicação da ordem social do mercado nas visões de Adam Smith e F. A. Hayek. O artigo sugere como contraponto para a análise da natureza das regras dos dois autores, as regras certas e aprioristas de origem cartesiana. Essas últimas inspiram não apenas às críticas de Smith aos filósofos racionalistas como a crítica que Hayek faz ao racional-construtivismo dos neoclássicos. Em Adam Smith tomamos como ponto de partida a leitura unitária de sua obra em que as **regras morais** funcionam como coadjuvantes ao operador social da mão invisível no objetivo de viabilizar a ordem social do mercado. Em Hayek assinalamos a herança smithiana do mercado como ordem espontânea e desenvolvemos o argumento que as **regras** embora sejam conceitos que estabeleçam um interessante diálogo com a heterodoxia servem também, como fundamento reafirmativo para sua teoria de auto desenvolvimento do mercado, ou a idéia do mercado como a única forma possível de organização para as sociedades contemporâneas. A conclusão é a união de duas fortes argumentações teóricas do mercado como ordem espontânea, ambas explicações mediadas pelas regras e unidas em dois momentos da história do pensamento econômico: a gênese dessa ordem social em Adam Smith e a versão contemporânea da Teoria do Mercado smithiana em Hayek.

1. Regras e Ordem em Adam Smith

Para se compreender como as regras de comportamento da Teoria dos Sentimentos Morais se constituem num importante coadjuvante da mão invisível fornecendo a inteligibilidade necessária à ordem social do mercado faz-se necessário que sublinhar o ponto de partida empírico de Adam Smith. Esta tradição empírica do autor, tanto está presente nas

considerações éticas do seu tratado de Moralidade (Teoria dos Sentimentos Morais, [1756,1976]), como na análise dos fenômenos da ordem liberal expressa na preocupação de definir a origem da Riqueza das Nações (Riqueza das Nações, [1756,1976]). A tradição empírica dos filósofos morais Hume, Mandeville e Locke marcou profundamente o universo smithiano e definiu a distância crítica de seu método frente à tradição metodológica racionalista de Descartes: uma perspectiva apriorística, axiomática, hipotética para o conhecimento e para a ação humana. Na tradição cartesiana teríamos não apenas idéias inatas como também regras apodíticas e fixas para a moralidade. (Descartes, [1641, 1959]).

Lendo a TSM, é possível identificar que o sujeito smithiano, ponto de partida desta perspectiva empírica exercita um segundo elemento importante para a compreensão da intersubjetividade entre os indivíduos que é a **imaginação**. A partir da possibilidade de imaginarmos e de nos colocarmos no lugar do outro se entende porque a subjetividade em Smith é construída socialmente através de regras emanadas da experiência e reafirmadas pela história. Imaginar é colocar-se no lugar do outro. Ator e espectador como num teatro rousseauiano (Marshall, 1984) trocam de papéis e os sujeitos desse teatro entendido como a ordem social tiram a sua substância do reconhecimento do outro. Tem-se em Smith um jogo espelhar mais sofisticado do que o mimético de Hume, pois é possível identificar uma *boucle auto-referencielle*, (Dupuy,1992), ou a idéia de uma ligação do sujeito a ele mesmo, via o social. Podemos neste sentido falar de um individualismo metodológico complexo, nos termos de Dupuy bem distante do reducionismo do homem econômico racional da teoria neoclássica.

E será, portanto, a partir da experiência e da imaginação que os **juízos éticos** serão formados. (Ganem, 1999,2002) Esses últimos ao derivarem da experiência, do convívio e da possibilidade do ator colocar-se no lugar do outro através da imaginação afirmam incondicionalmente que as normas morais são produções sociais. Nas sábias palavras de Smith: *“Avalio sua percepção pela minha percepção, seu ódio pelo meu ódio, sua razão pela minha razão, seu ressentimento pelo meu ressentimento, seu amor segundo o meu amor. Não tenho nem posso ter outra forma de julgá-los.”* (Smith, TSM: 66) Nessa

passagem também elucidativa o autor afirma: “Assim é como se formam as regras gerais da moralidade. Baseiam-se, em última instância, na experiência dos que aprovam nossas faculdades morais ou no nosso sentido de mérito e de correção.” (Smith, TSM: 291,292)

Para deixar claro que a convivência entre os homens é a fonte definidora da moralidade Adam Smith recorre a um princípio de nossa natureza que nos leva a entrar na situação dos outros e a compartilhar suas paixões. Ele o chamará, como Hume, de **simpatia**⁸: “A simpatia não é um sentimento egoísta. É verdade que quando me identifico com o seu pesar ou sua indignação é importante dizer que minha emoção se funda no amor próprio, porque assumo sua situação, coloco-me no seu lugar e sinto o que o outro sente em tais circunstâncias. Ainda que seja correto argumentar que a simpatia surge de uma imaginária troca de papéis, ela tem lugar na minha própria pessoa.” (Smith, TSM:554)

Nesse momento o reconhecimento moral, a aprovação ou em última análise os juízos éticos são chamados ao centro da questão. Para compreender este ponto basta sublinhar o desejo de ser aprovado mantido dentro das regras da prudência e da justiça e que não é nem vicioso (Mandeville), nem destrutivo (Hobbes), mas, algo louvável e portador de felicidade, pois o indivíduo deve ter consideração com o seu próprio interesse e felicidade, fundo sobre o qual se alicerça seu amor a si mesmo (Smith 1976:530.) O amor a si mesmo é construído pela admiração, pelo aplauso. Neste ponto o conceito de adequação ou *propriety* é ao meu juízo lapidar para o entendimento da articulação entre as regras vigentes e o desejo imperioso de ser aprovado dos homens na sociedade. Nesse sentido, o homem prudente da RN capaz de melhorar a sua própria condição age em perfeita adequação com as regras morais vigentes, (regras essas oriundas da experiência) e constrói seu amor próprio a partir daí. O mesmo elemento que o impulsiona a melhorar sua própria condição fornece as bases para o alimento e construção de seu amor próprio. O desejo de ganho, de obter sucesso, riqueza e poder, alicerçado pelas normas vigentes, (regras empíricas e não apriorísticas)

⁸ A palavra simpatia vem do grego *sympatheia* e significa na sua origem conexão orgânica. Para Raphael e Macfie não seria esse o sentido que Adam Smith empresta ao termo. Para eles, Smith tanto quanto os estóicos, associa o conceito a um vínculo que tanto possibilita a compreensão do mundo social quanto ao entendimento do vínculo do indivíduo com ele mesmo através do auto-controle, conceito que dá substância ao homem prudente smithiano (Raphael e Macfie, 1976)

contribui para a estabilidade nesta ordem social hierarquizada. A mão invisível se realimenta da moralidade vigente, transformando-se não apenas num operador técnico, mas num operador social. Nesse quadro, a RN é lida à luz da TSM, a mão invisível se realimenta das regras morais regulando conjuntamente os processos sociais: economia e moral se complementam para fornecer inteligibilidade sobre a emergência e a estabilidade da ordem do mercado.

Mas Adam Smith não parou na explicação analítica dos processos sociais. Foi também crítico com relação às regras vigentes dessa ordem dissecada, dedicando um capítulo da TSM à denúncia da corrupção dos sentimentos morais expressa na observação de uma disposição dos homens na sociedade capitalista nascente em admirar os ricos e ignorar os pobres. O capítulo: *Da corrupção de nossos sentimentos morais ocasionada pela disposição em admirar os ricos e os grandes e a desprezar os pobres e de baixa condição* foi introduzido na TSM em 1781, cinco anos após ter publicado a Riqueza. Nele, entre outras passagens da *Teoria*, Smith afirma, não sem acidez, crítica ou pesar que "*a propensão dos homens a simpatizar com a alegria é muito mais intensa do que com a tristeza*". Ou que "*o rico faz glória de suas riquezas e o pobre tem vergonha e dissimula sua pobreza...*" (Smith, TSM: 138). Apesar de a TSM se constituir num Tratado sobre a moralidade, isto é, do que "deveria ser" das relações morais ideais entre os homens, o autor está preocupado em compreender estas relações numa sociedade hierarquizada, ainda que para ele estas lhe pareçam mesmo que inauguraís de uma nova sociedade um tanto perniciosas e já deterioradas. Embora uma moralidade deteriorada (nesse ponto, concordo com Witztum:1998), é essa moralidade que fala de admiração ao rico e desprezo do pobre que ele pretende dar conta. E será através dessas regras morais que estimulam a admiração ao rico e o desprezo ao pobre que se torna possível compreender em toda a sua extensão e complexidade, o sentido de adequação e a idéia de que sujeitos e juízos morais, ambos são construídos socialmente contribuindo necessariamente para a estabilidade dos processos sociais (Ganem, 2002).

O objetivo dessa primeira parte do texto foi assinalar as regularidades de comportamento identificáveis na estrutura analítica de Smith sublinhando os elos existentes entre as regras

morais de comportamento do seu Tratado filosófico-moral, a Teoria dos Sentimentos Morais (TSM) e a ação interessada dos sujeitos smithianos na obra, “A Riqueza das Nações”(RN). As regras comportamentais, conceito morfogenético da TSM são entendidas como coadjuvantes da operação da mão invisível na Riqueza, como a noção de interesse privado da RN se articula ao conceito de simpatia da TSM. Esta última noção ao trazer consigo uma moralidade subjacente expressa na idéia de amor-próprio reafirma que o amor-próprio sendo o eixo do interesse é uma paixão que retira a sua substância do reconhecimento do outro. Ao necessitar visceralmente da aprovação do outro o sujeito smithiano reafirma ontologicamente sua substancial incompletude. Esse sujeito é um ser incompleto que se aproxima muito mais da idéia de um *homo mimeticus* do que do conceito de homem econômico racional da tradição neoclássica.

O segundo ponto destacado e decorrente deste primeiro é a idéia de que o mercado para Adam Smith não é apenas um *locus* de troca, cujos agentes auto-interessados, isolados, dariam respostas consistentes e automáticas aos sinais dos preços e suas decisões seriam consideradas como livres das Regras Morais¹, mas ao contrário, o mercado é uma explicação da ordem social que transforma a economia em essência da sociedade através da universalidade do desejo de ganho e da generalização da mercadoria como valor. E não é por outra razão que a teoria do mercado de Smith se torna inquestionavelmente a matriz teórica da ordem social liberal e a economia passa a ser entendida como o terreno sobre o qual a harmonia social pode ser pensada e praticada. Adam Smith ao pensar a ordem social como uma emergência que harmoniza o caos potencial dos interesses individuais está dialogando com a filosofia moral anglo-saxônica e reafirmando que os interesses, ao invés de se chocarem induzindo à guerra hobbesiana ou à paz instável lockiana, são agraciados por uma mão invisível que os orienta para o bem-estar coletivo. A solução smithiana da mão invisível como explicação da ordem social se constituiu marcou a história das idéias

¹ A leitura canonizada da obra de Smith parte da idéia de que o microfundamento da ordem do mercado é definido única e exclusivamente pelos interesses individuais, um componente exclusivamente econômico, expresso no desejo de ganho ou no desejo de melhorar a sua própria condição, cuja fórmula perfeita poderia se traduzir pelo cálculo racional utilitário.. Nesse intento, a TSM é considerada como um delírio de filosofia moral de um jovem e romântico filósofo que teria dado lugar ao maduro economista da RN. O sujeito smithiano seria visto como um prelúdio ao homem econômico racional e a teoria do mercado de Adam Smith como um esboço da tentativa demonstrativa da ordem racional do mercado via o modelo canônico walrasiano. (Ganem, 1996)

como uma competente e definitiva resposta dada à questão filosófica central da modernidade: como explicar a ordem física e social emanada da ação dos homens ao invés de assentada na explicação divina?

O terceiro ponto que nos referimos indiretamente neste primeiro movimento do texto diz respeito à competência e a natureza filosófica do autor que são inequívocas e estão manifestas na *Teoria dos sentimentos morais*. Esta obra é um tratado filosófico e moral que o tempo e o debate provaram que não pode ser descartado. A *Teoria* não é nem obra do delírio nem da imaturidade do autor: o filósofo não se transfigura em economista. A economia nasce sob a paternidade de um filósofo moral. Dentro dessa perspectiva não é possível, portanto, compreender a obra sem aceitar a sua unidade. Isto significa iluminar a *Riqueza* com os escritos filosóficos da *Teoria* e entender a relação entre as duas obras. Na explicação da ordem social, a *TSM* funciona como obra tão importante quanto a *RN*, não sendo, portanto, a ela redutível. Os universos da moralidade e da economia dialogam entre si expressando uma articulação conceptual entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e a *Riqueza das Nações*.²

2-Regras e Ordem em Hayek

Hayek herda de Smith a noção de ordem social espontânea e a importância das regras para a compreensão da inteligibilidade desta ordem. O conceito de Regras é nuclear para o pensamento hayekiano e, embora sob novas roupagens este conceito provém da experiência tal qual em Smith. Ambos partem de uma crítica contundente ao racionalismo cartesiano, ou dito em outros termos, uma crítica a qualquer apriorismo ditado por uma razão

² Inúmeros autores dentro da História do Pensamento trataram desta questão que se denominou *Das Adam Smith Problem*, que como sabemos, foi o nome dado pela Escola Histórica Alemã à questão da relação entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM), publicada em 1759, e a *Riqueza das Nações* (RN), publicada em 1776. A partir desse marco, duas teses disputaram a verdade sobre a obra de Adam Smith, a primeira definindo uma ruptura na sua trajetória intelectual e, portanto, na obra e a segunda defendendo sua unidade. Em trabalho recente, organizando as duas teses, contrapondo autores e argumentos. Fazem parte da tese da ruptura por exemplo: Roscher (1848); Knies (1853); Skarzynski (1878); Viner (1977) e os iconoclastas Dumont (1977) e Hirschman (1977), além, da leitura canonizada pelos autores neoclássicos. Fazem parte dos adeptos de uma leitura unitária da obra: Morrow (1923), Marshall (1984), Raphael e Macfie (1976), Heilbroner (1984), Bianchi (1988), Dupuy (1992), Todorov (1996), Justman (1996) e Brown (1997) e Zanini (1997). Consultar a propósito, Ganem (2000).

onipotente. Hayek a partir dessa tomada de posição filosófica levanta os alicerces de seu edifício teórico: contra uma ação racional determinada por uma verdade alcançável e demonstrável, Hayek sugere um homem seguidor de regras, "*consciente de sua ignorância insuperável da maior parte das circunstâncias que determinam os efeitos de nossas ações.*" (Hayek, 1937) Contra um mundo passível de ser entendido pela razão, Hayek apresenta um mundo evolucionista ditado por regras selecionadas, abstratas e gerais que guiam os homens num processo de aprendizagem social e coletivo que traz como consequência para a sociedade uma progressiva capacidade para resolver problemas. Finalmente veremos que essas mesmas regras necessárias que garantem o funcionamento da concorrência deixarão entrever os elementos contraditórios de seu argumento e sua crença ideológica no mercado como única forma possível de organização das sociedades contemporâneas. Exploraremos seu conceito de regras em três movimentos: a) como elemento de crítica às regras apriorísticas; b) como geradas pela experiência e como conceito estruturante do seu edifício teórico c) como necessárias e, portanto, contraditórias do ponto de vista teórico, posto que garantidoras da ordem do mercado.

A razão cartesiana tem um núcleo central: a dedução lógica de premissas apodícticas. Seu coração é matemático e é ele quem dita para Descartes as verdadeiras "*Regras para a direção do Espírito*". Como consequência direta de seu bom uso tem-se uma verdade inquestionável e alcançável pela razão. A razão cartesiana se confunde a esse método único, de caráter universal e que traduz um conhecimento perfeito e inteiramente dominado pela inteligência: *ta mathema*. O mestre da razão moderna enuncia esse método universal em vinte e uma regras entre elas, as da evidência, divisão, síntese e enumeração. (Descartes, [1623],[1985]). A dúvida cartesiana, elemento fundador do cogito, refuta tudo aquilo que é sombrio, nebuloso ou do domínio da opinião e através de uma dúvida epistemológica chega-se às primeiras verdades, axiomáticas, claras e evidentes, que garantem uma certeza sintática, atemporal, posto que nelas habitam identidades ideais, sem quaisquer restrições empíricas. (Descartes: 1641,1959).

Hayek em todos os seus mais importantes trabalhos (1937,1952,1967,1973,1988), identifica com maestria o cerne dos principais pontos do método cartesiano, retirando daí

uma conseqüência direta desse método: a ação racional é aquela inteiramente conhecida e demonstrável pela razão e as realizações dos homens são produtos de seu raciocínio. Em suas palavras: "*a razão do homem por si só torna-lo-ia capaz de construir a sociedade em novos moldes*" (Hayek, 1973,4).

Hayek faz uma crítica contundente à idéia da sociedade como produto da razão apontando que a perspectiva racionalista revela desprezo pelo costume, pela tradição e pela história e carrega consigo a concepção de que a moral, a religião, a linguagem, as leis, as regras e as instituições são frutos do desígnio, do plano racional. Nessa linha de pensamento o mercado seria entendido como uma ordem racional e traduziria exemplarmente para Hayek a face econômica dessa razão onipotente. Sua pura expressão estaria na ambição walrasiana demonstrativa da ordem racional do mercado. Uma compatibilidade *ex-anti* de agentes auto-interessados e detentores de uma razão onipotente calculadora. Suas escolhas seriam frutos de uma previsão racional ou de um desígnio intencional que trariam como resultado uma ordem equilibrada, estável e ótima. (Ganem: 1989,1993,1996). Hayek chamou essa ordem racional do mercado, de *Taxis*, uma ordem a serviço da intenção de quem a criou. Contra essa ordem fabricada que vem do plano e do desígnio e que supõe um mundo passível de ser captado pelo conhecimento perfeito, Hayek sugere uma ordem que é eminentemente espontânea, o *kosmos*, fruto de homens seguidores de regras. Não fruto de regras apriorísticas inatas ou conhecidas por um espírito humano, mas de regras que seriam transmitidas pela cultura, oriundas da experiência e da tradição.

Hayek honra a tradição anglo-saxônica da modernidade que toma o indivíduo como ponto de partida para a compreensão da lógica dos fenômenos coletivos. No entanto, marca sua distancia ao individualismo metodológico utilitarista cujo controle de suas escolhas é ditado pelo calculo maximizador, isto é, escolhas teleológicas, resultados de previsões racionais e artimanhas de desígnios intencionais. Como contraponto à arrogância da razão cartesiana que exhibe um conhecimento pleno dos fatos e permite uma suposta inteligibilidade da sociedade, Hayek se alia a uma perspectiva epistemológica que parte da radical ignorância dos membros na *great society*. Com isso procede a uma crítica a todo e qualquer cientificismo e deixa clara sua inesgotável identificação ao racionalismo crítico popperiano